

Direito *ao* Futuro

MOÇÃO

ESTRATÉGIA GLOBAL

#proponente

SIMÃO RIBEIRO



24
CONGRESSO
NACIONAL

29 e 30 abril e 1 Maio
EXPO-SALÃO BATALHA

Índice

1. Nota introdutória: A Mobilidade Social enquanto vetor transversal

2. Educação, Ensino Superior e Ciência

3. Emprego e Crescimento Económico

4. O papel do Estado

- Saúde
- Justiça
- Segurança Social
- Serviços do Estado

5. Participação, Democracia e Sistema Político

6. Coesão Territorial

7. Mais JSD

**Direito ao
Futuro**

Aristóteles

*“The worst form of
inequality is to try to
make unequal things
equal”*

1. Introdução



“O futuro é o caixote do lixo do presente”

Daniel Innerarity

Os Portugueses são naturalmente orgulhosos na sua História.

Vibramos com a gesta marítima, as conquistas, os avanços da ciência e com a força da nossa Língua. Enchemos o peito ao falar na beleza do país, dos Heróis Nacionais, dos vultos da Cultura, da hospitalidade e até dos feitos desportivos.

Porém, nenhum povo é tão autocrítico quanto o nosso.

E se é verdade que o Passado nos dá amplas razões para inspirados louvores, não deixam de ser justas muitas das reprimendas que fazemos a nós mesmos.

Quanto a mim, e já o tenho dito noutras ocasiões, a maior de todas as nossas falhas é a incapacidade de gerir o Presente fazendo conta com o Futuro.

Tem sido essa a nossa História: vamos sempre deixando para o Futuro os problemas a que não conseguimos dar solução no Presente.

Dito de outra maneira, os governos tradicionalmente fogem dos temas mais difíceis. Problemas como o Desemprego, as pensões, a Segurança Social, a quebra da Natalidade, o despovoamento do Interior ou erosão costeira. Olhando para a História do nosso País, quase podemos criar um axioma desesperante: “Em Portugal, governar é adiar”.

Porquê? Porque resolver em definitivo os problemas mais delicados da Sociedade implica pedir sacrifícios às pessoas, provocando imenso desagrado.

Assim, a solução dos políticos é simples: resolver só os problemas mais urgentes, contentar aqueles que já estão integrados na Sociedade... e quem vier no futuro que pague a conta!

Nos últimos quatro anos, o governo liderado pelo PSD trabalhou para mudar essa forma de fazer política. Pedro Passos Coelho mostrou que é no Presente que se tomam as medidas difíceis com vista a resolver os problemas do Futuro: sejam elas populares ou não. Sem Coragem, nenhuma solução é duradoura. Sem Coragem, saltamos apenas de remendo em remendo e acabamos por não resolver, de vez, problema algum.

A mudança de governo em Portugal foi um duro revés nesta visão corajosa sobre as políticas sustentáveis e de Futuro.

É por isso tão necessário que a JSD trabalhe com firmeza e leve ao conhecimento da Sociedade a importância de conceitos como a Justiça Intergeracional ou a Mobilidade Social.

Só se pode combater eficazmente problemas como a Desigualdade, as debilidades do Estado Social ou o Desemprego se o País, como um todo, der tanta importância ao Futuro como dá ao Presente.

Enquanto se governar apenas pensando no voto dos eleitores, nenhuma mudança acontecerá em Portugal! Nada mudará para os Jovens, para os Imigrantes, para os Pobres, para os Ausentes, para os Doentes e para todos aqueles cuja única esperança é chegar a sua vez de ter “direitos adquiridos”. Rejeitamos o imobilismo social em que o País parece viver. É preciso derrubar o muro entre quem tem os direitos todos e quem não tem direitos nenhuns!

2. Educação, Ensino Superior e Ciência



Hoje continua a ser a Educação o mais potente instrumento de Mobilidade Social. Assim, enquanto estrutura política de Juventude que pretende promover a igualdade de oportunidades temos de assumir como objetivo central garantir a

todas as crianças, jovens e adultos o acesso a sistema educativo e de formação ao nível dos melhores que existem no mundo.

Queremos melhorar a qualidade da Educação e do Ensino Superior para fomentar a Mobilidade Social: qualquer jovem Português deve poder prosseguir os seus estudos em qualquer ponto do País e não abandonar os estudos por motivos económicos ou receber uma formação básica, secundária ou universitária de pior qualidade em função do carácter público ou privado da mesma.

A Igualdade, a Justiça e a Liberdade são princípios dos quais enquanto sociedade não queremos abdicar e são o núcleo essencial do nosso regime democrático. O Estado Social não pode ambicionar ser apenas uma rede de proteção para o infortúnio de qualquer cidadão, mas antes ser a garantia de que todos podemos ter sucesso numa Sociedade que proporciona, a todos, um acesso igual a oportunidades. Um Povo sem capacidade de aceder a uma Educação de qualidade dificilmente será um Povo esclarecido e com vontade de participar na construção de uma Sociedade melhor.

Assim, e porque sem uma Educação moderna, socialmente transformadora e acessível a todos não há verdadeiramente Igualdade Social, cabe à JSD propor as seguintes alterações no setor da Educação, Ensino Superior e Ciência:

Ensino Básico e Secundário

- ✓ O início obrigatório da escolaridade um ano antes do início da escolarização formal permite que todos os alunos possam ingressar num processo de socialização desfasado do início do percurso de sala de aula, pelo que urge **introduzir a obrigatoriedade da frequência do ensino pré-primário a partir dos 5 anos.**

- ✓ O facto de Portugal ser um dos países mais envelhecidos do mundo, pressiona sobremaneira os nossos sistemas contributivos e impacta nas escolhas de futuros pais pelo que se torna necessário **introduzir a gratuidade do ensino pré-escolar a partir dos 2 anos (um ano antes do que atualmente acontece).**
- ✓ Rejeitamos o fim do financiamento de escolas com contratos de associação apenas por existir oferta pública na mesma zona e sem atender à qualidade do ensino efetivamente prestado, sendo urgente **repensar a qualidade do Ensino Público a nível primário e secundário, comparando-o com o desempenho das instituições privadas e promover as boas práticas.**
- ✓ É do interesse do País que os jovens conheçam os seus direitos e deveres, bem como o funcionamento e a organização do nosso modelo de sociedade. Por isso, defendemos a introdução da **disciplina de Cidadania e Política no currículo do ensino básico e secundário**, garantindo autonomia das escolas na definição parcial do conteúdo curricular.
- ✓ O ensino secundário é um espaço de ensino onde a cidadania não deve ser apenas ensinada mas também praticada, devendo fomentar-se a existência de associações de estudantes estabelecimentos de ensino onde não as há para tal **criando condições para o desenvolvimento do sentido prático da cidadania e garantindo legalmente os direitos de associação dos estudantes do ensino secundário, quer no Ensino Público quer no Ensino Privado.**
- ✓ É necessário promover uma maior integração entre a escola e as famílias de modo a assegurar melhor conciliação entre a vida profissional dos pais e os horários da escola, nomeadamente **transformando a escola num espaço de Cidadania, Cultura e Ciência, diversificando o número de AECs disponibilizadas pela Escola no período em que a Escola está aberta (idealmente 1 de setembro a 31 julho).**
- ✓ É fundamental valorizar a carreira de Professor, invertendo-se a tendência de descredibilização da profissão, **revendo-se e estabilizando as regras de acesso à**

carreira docente, o estatuto da carreira e a avaliação de desempenho de modo a promover esta função aos olhos da Sociedade.

- ✓ É impensável que, no final de cada ano letivo, um professor não saiba se vai estar colocado e em que escola. É fundamental **garantir a necessária autonomia das escolas para que os anos letivos possam ser preparados atempadamente.**
- ✓ É fundamental garantir a prestação de um serviço público educativo com maior eficiência e foco nos Alunos e maior responsabilização dos prestadores do serviço. Para tal, recomendamos **transformar o atual modelo de ensino básico e secundário com a criação de unidades de ensino com projetos educativos completos e diferenciadores, com autonomia de gestão financeira e de recursos humanos.**
- ✓ A Meritocracia, a Qualidade e a Proatividade são qualidades que o sistema de Ensino deve reconhecer e incentivar. **Dentro do respeito pela autonomia pedagógica dos docentes, urge promover a criação de projetos de ensino que identifiquem e potenciem precocemente talentos.**
- ✓ O mundo está completamente diferente do que foi nas últimas décadas e a Escola é hoje frequentemente um ambiente muito pouco estimulante para os Alunos. É urgente deixar definitivamente para trás o modelo de aula expositiva e de aprendizagem individualizada, e **promover a modernização da escola, garantindo que os professores desenvolvem projetos que garantem a transformação da escola como local de desafio, de novidade, de novas tecnologias e de aprendizagem em equipa, voluntária e transversal.**

Ensino Profissional

- ✓ Portugal assiste hoje a um esvaziamento de conhecimentos em áreas manuais e industriais em virtude de um nível elevado de abandono escolar (continuamos a ter das piores taxas de conclusão do ensino secundário na Europa), a que apenas se tem oposto uma via de ensino universitário. De modo a incentivar a criação de profissionais qualificados em todas as áreas

relevantes do mercado urge **reforçar a formação técnica e profissional, com especial atenção à valorização das competências tecnológicas nas áreas ditas tradicionais.**

- ✓ Dentro da mesma linha consideramos ainda fundamental a **valorização do ensino profissional, chamando as empresas a definirem essa mesma formação, combatendo a mera adequação da oferta curricular aos formadores contratados.**

Formação e Qualificação ao Longo da Vida

- ✓ A importância de obter mais e melhores qualificações não tem idade sendo importante **apostar ativamente na formação de Adultos, reconhecendo, com base nos melhores padrões de exigência, a aquisição de competências.**
- ✓ No sentido de uma mais apurada e transparente avaliação das competências e dos conhecimentos de cada indivíduo, defendemos o **desenvolvimento dos mecanismos de validação e reconhecimento dos conhecimentos e competências adquiridos**, independentemente da sua aquisição em contexto de educação formal, não formal e informal, articulando com a aprendizagem ao longo da vida.

Ensino Superior

- ✓ As Universidades e os Politécnicos devem criar as condições adequadas para colocarem os respetivos diplomados no Mercado de Trabalho. **Urge repensar**

as consequências dos níveis de empregabilidade dos diplomados das universidades e politécnicos públicos e a comparação com o desempenho das congéneres privadas (nomeadamente admitindo que piores desempenhos se reflitam no financiamento destas instituições);

- ✓ A malha de instituições de ensino superior e de oferta formativa está hoje desatualizada e contém várias ineficiências. **É crucial concretizar a reestruturação da rede de ensino superior, avançando para uma sistema que promova a cooperação ou mesmo a integração de instituições de ensino superior com proximidade geográfica**, mantendo significativos níveis de autonomia, nomeadamente administrativa, científica e pedagógica. Esta reorganização deve potenciar a acumulação de massa crítica e um caminho de especialização e excelência na investigação, sempre que possível em coordenação com o tecido social e económico das regiões nas quais estão inseridas.
- ✓ Após quase 9 anos da publicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior está na altura de promover uma reflexão sobre os impactos que o mesmo teve no sistema de ensino superior. **Defendemos a revisão do RJIES, dando especial atenção à clarificação das missões dos subsistemas de ensino e à representação dos estudantes nos órgãos de gestão.**
- ✓ Existem diversos modelos de pagamento de propina por todo o mundo. Sendo a JSD a favor do pagamento de propina por quem tem condições para o fazer, **apresentaremos um modelo alternativo de pagamento de propina que reduza o esforço feito pelo estudante durante a frequência do ensino superior e que tenha em conta a qualidade da empregabilidade gerada por cada instituição.**
- ✓ O programa Erasmus promove a multiculturalidade, a tolerância, a autonomia pessoal e as competências de comunicação. É ainda acima disso um extraordinário projeto de promoção da paz entre povos, pelo que defendemos **o potenciar dos programas de mobilidade estudantil**, com vista ao atingir da meta europeia de 20% de estudantes a realizarem mobilidade durante o seu ciclo de estudos já em 2020.

- ✓ Estudar a capacidade de atribuição do grau de doutoramento em função da qualidade da investigação da instituição, na área em causa, e não em função da sua natureza jurídica.
- ✓ As instituições de ensino superior têm uma autonomia e um conjunto de atribuições que justificam a **reformulação do financiamento das IES, promovendo o carácter plurianual, fomentando a implementação de contratos programa e fundos concorrenciais, e a publicação das fórmulas de cálculo utilizadas.**
- ✓ Pelo impacto positivo que tem na nossa economia, **devemos melhorar as condições de frequência e de compatibilização entre estudo e trabalho no regime do trabalhador-estudante,** criando incentivos ao trabalhador para estudar e à entidade patronal para acolherem este tipo de trabalhadores.
- ✓ Pelo seu contributo para um estilo de vida mais saudável, a prática desportiva no ensino superior, a cargo da FADU, deve ser alargada. No financiamento ao desporto universitário **deve ser introduzido o carácter bianual do financiamento, alinhado com os projetos das Universiadas, sendo ainda necessário legislar o Estatuto de Estudante-A atleta (desde o ensino básico ao superior) e implementar medidas de apoio a carreiras duais.**

3. Emprego e Crescimento Económico



Tal como a Educação é uma ferramenta privilegiada para fomentar a Mobilidade Social, este vetor também se deve revelar na definição de Políticas Ativas de Emprego e na criação de incentivos às Empresas e aos Empresários para desenvolverem mais e melhores oportunidades de negócio.

Uma verdadeira Mobilidade Social permite maior liberdade na aquisição de competências (*soft skills* e *hard skills*) que permitam a cada jovem enriquecer o seu currículo profissional e desenvolver uma carreira rica e repleta de experiências diversificadas.

Em qualquer momento da sua vida, o jovem português deve ter acesso a escolher a profissão que deseja desenvolver e as experiências profissionais que quer desenvolver, não devendo ser impedido de o fazer em virtude da origem ou das condições económicas em que se encontre. Um jovem com uma experiência – profissional, educativa e pessoal – mais diversificada será um Ser Humano mais completo e mais capaz de enfrentar os desafios profissionais e sociais que uma carreira e a sua integração na sociedade não deixarão de lhe lançar. Jovens profissionais deste calibre farão empresas mais fortes e contribuirão para fortalecer a economia portuguesa.

Com vista a atingir este objetivo cabe à JSD propor as seguintes alterações no setor do Emprego e do Crescimento Económico:

- ✓ Enquanto centro privilegiado de aquisição de novos conhecimentos e formadores por excelência de futuros profissionais, a Escola deve oferecer aos Alunos uma lista diversificada de competências pelo que se recomenda **alargar o número de disciplinas opcionais no ensino secundário, permitindo aos Alunos um leque mais alargado de disciplinas disponíveis e um primeiro contacto estruturado com áreas tão significativas como Princípios Básicos de Gestão, Gestão de Finanças Pessoais ou Empreendedorismo.**
- ✓ É importante incutir um espírito de Proatividade, Dedicação e Empreendedorismo desde a primeira infância. As crianças e os jovens – numa idade em que a absorção de novos conhecimentos é permanente e eficaz – devem poder **participar em projetos, organizados conjuntamente com o tecido empresarial, que lhes permitam perceber como se arranca e**

opera uma Empresa e, no geral, o Mercado de Trabalho, criando-se uma cultura de Empreendedorismo e Dedicação.

- ✓ Na hora de escolher uma profissão conhecer as reais necessidades do Mercado de Trabalho pode – e deve – ser determinante para uma decisão correta. **Urge saber identificar estas necessidades e divulgá-las ampla e formalmente junto dos jovens e dos centros de ensino e formação, de modo a permitir uma oferta adequada à procura orientada ao que o Mercado realmente necessita.**
- ✓ Promover a inovação nas empresas e o regular contacto com centros de investigação e de transferência de tecnologia, através da **incorporação de doutorandos e doutorados no tecido empresarial.**
- ✓ Face ao sucesso alcançado por várias *start-ups* Portuguesas e ao surgimento de diversas incubadoras de novos negócios, é possível hoje dizer que Portugal tem já uma cultura de Empreendedorismo muito significativa. **É necessário reforçar esta cultura de inovação e a criação de *start-ups* em áreas identificadas como estratégicas.**
- ✓ O ensino e formação profissional, universitário e politécnico surge, por vezes, desfazado daquilo que profissionalmente se pratica. **Urge reduzir a distância entre o conhecimento teórico e o prático e promover a formação através da prática mas de forma integrada com a Academia.**
- ✓ Uma empresa insolvente que não é liquidada rapidamente gasta recursos públicos preciosos e cria um lastro negativo no Mercado com inevitável impacto nos vários *stakeholders* que com ela se entrecruzam, incluindo todas as empresas cuja recuperação ainda é possível mas deixa de o ser por falta de diferenciação relativamente a negócios já defuntos. **É fundamental retirar as empresas insolventes do Mercado liquidando-as rapidamente e diferenciá-las de todas aquelas que, estando em**

dificuldades, demonstram ser viáveis e ter uma efetiva capacidade de recuperação.

- ✓ Uma empresa sem acesso a financiamento é uma empresa a prazo. **Criar novas formas de financiamento – privadas ou públicas – é um passo-chave para fortalecer a Economia Portuguesa.**
- ✓ Em diversas áreas os programas de mobilidade de recém-graduados têm-se revelado fundamentais para a aquisição de novas competências e para a criação de postos de trabalho altamente especializados. **Programas como o Erasmus+ devem ser incentivados num leque mais diverso de setores e divulgados junto de um número potencialmente mais alargado de utilizadores.**
- ✓ Ser estagiário é, muitas vezes, sinónimo de recém-graduado que se disponibiliza – ainda que não o queira – a trabalhar (quase) de graça meramente para ganhar experiência profissional. Para além do mais, este sistema cria um incentivo de contratação pernicioso na medida em que, para a empresa, encarece sobremaneira o estagiário no momento em que termina essa fase. **O combate aos estágios não remunerados – sobretudo se forem obrigatórios no setor profissional em que se inserem – deve ser intensificado de modo a erradicar esta prática.**
- ✓ Os sindicatos desempenham um papel importante mas na sua ânsia de defenderem (e bem) a classe dos trabalhadores, vivem num conflito social permanente com as empresas e com aqueles que tentam aceder ao mercado de trabalho. Esse modelo de confronto e medo da concorrência pertence ao passado. **É crucial equacionar o papel dos sindicatos e das comissões de trabalhadores enquanto representantes do interesse dos trabalhadores e assegurar um verdadeiro equilíbrio com a necessidade de preservar o tecido empresarial Português.**

- ✓ Se, por um lado, um trabalhador custa muito mais do que “leva para casa” para a sua empresa, por outro, o próprio trabalhador tem a perceção que o custo a dispende pela empresa no pagamento do seu vencimento é mais

do que o que pode considerar como rendimento efetivamente recebido (i.e. feitos todas as contribuições para a Segurança Social e retidos os impostos devidos). **Urge rever os custos de contexto laboral com vista a aumentar o rendimento disponível e diminuir o fosso entre aquilo que o trabalhador custa à empresa e aquilo que efetivamente recebe no final do mês.**

- ✓ Numa sociedade diversificada como a que temos hoje, em que os consumidores e membros decisores das famílias portuguesas tanto são homens quanto mulheres, não se compreende como é que essa diversidade não se reflete nas lideranças das empresas em Portugal. **Assegurar uma efetiva diversidade de género (e não só) permite criar empresas mais equilibradas, mais bem geridas e facilmente mais abrangentes e aptas a identificar as necessidades do Mercado Global em que operam.**
- ✓ O facto de em Portugal os membros adultos do agregado familiar trabalharem levanta questões prementes ao nível da conciliação entre a vida profissional e a familiar, nomeadamente no plano das responsabilidades parentais. Esta dificuldade é, por vezes, agravada pelo facto de os membros mais velhos da família também trabalharem (não se podendo reformar), diminuindo a rede que poderia eventualmente suportar esta difícil tarefa de conciliação. **Seja através do reforço da utilização de mecanismos de teletrabalho ou pela imposição de uma efetiva partilha de responsabilidades parentais entre conjuges por um período mais alargado de tempo, é fundamental assegurar uma verdadeira conciliação de responsabilidades que não prejudique a vida profissional de nenhum dos progenitores nem o acompanhamento adequado aos filhos.**

4. O papel do Estado



O excessivo peso do Estado enquanto “lastro” da juventude portuguesa é impeditivo, a médio e longo prazo, de uma verdadeira mobilidade social: o Estado Português deve libertar recursos para se focar no desenvolvimento sustentável e eficiente do País e dos respetivos cidadãos permitindo-os, por sua vez, concentrar-se no seu desenvolvimento pessoal, familiar e profissional.

O Estado Social é uma conquista preciosa e necessária a uma democracia avançada. Acreditamos no Estado enquanto criador, organizador, regulador e

financiador dos sistemas de prestação e proteção social, mas daqui não decorre a obrigatoriedade de que seja este mesmo Estado o prestador de tais direitos.

Não sendo os recursos públicos infinitos, cada euro gasto a criar, manter e gerir serviços do Estado que sejam redundantes, ineficientes e inúteis é um euro que poderia ser gasto naquilo que realmente importa.

O Estado deve saber identificar quais as áreas estratégicas e, subsequentemente, selecionar quais delas devem ser diretamente desenvolvidas pelo Estado e quais as que, ainda assim, possam ser desenvolvidas por terceiros vinculados a cumprir com os mais elevados padrões de serviço público.

Nas áreas que não sejam consideradas como prioritárias, o Estado deve abster-se de intervir podendo apenas e quando justificável, atuar como regulador.

Com vista a atingir estes objetivos cabe à JSD propor as seguintes alterações no que diz respeito à dimensão e papel do Estado e em particular nos seguintes setores:

Saúde

- ✓ A necessidade de o Estado assegurar a prestação de um serviço básico de saúde e o respetivo carácter tendencialmente gratuito não impede que o prestador do serviço seja de natureza privada podendo, em determinados casos, ser capaz de prestart o mesmo serviço de forma mais eficiente e completa. Dada a sofisticação do sistema de saúde português (privado e público) **é crucial repensar a multiplicidade de sistemas públicos e privados de saúde e a respetiva articulação dos utilizadores de uns e outros e, em particular, compreender as potenciais ineficiências e economias de escala de modo a determinar se a sobreposição de serviços hoje oferecidos se justifica e qual a melhor forma de assegurar o acesso universal a cuidados de saúde independentemente da natureza pública ou privada do prestador.**

- ✓ Sendo tradicionalmente dois bastiões públicos do acesso universal e tendencialmente gratuito do sistema de saúde público português **urge aferir a sustentabilidade do SNS e da ADSE (e afins) numa ótica estratégica de médio/longo prazo.**
- ✓ Uma das melhores formas de melhorar a capacidade de tratamento de pacientes é diminuir o número de doentes. **Para tal é fundamental criar uma cultura preventiva de tratamento, seja através da prevenção de comportamentos de risco, seja incentivando o comportamento de Desporto ou ministrando formação para o efeito desde tenra idade.**
- ✓ Uma questão fraturante e que tem sido frequentemente assinalada pelos órgãos de comunicação social é a questão da morte medicamente assistida que, atendendo à sua natureza sensível, carece de um estudo e uma atenção profundas por parte de quem quer emitir uma opinião. Pretendemos que ao longo deste mandato a **JSD reflita e defina uma opinião acerca da morte medicamente assistida e sobre os conceitos que enformam esta discussão como a ortotanásia, a distanásia e a eutanásia.**

Justiça

- ✓ Ainda que certas áreas demonstrem melhorias, é notório que os tribunais portugueses são ainda demasiado lentos para assegurarem uma adequada composição dos litígios, criando um incentivo pernicioso para recorrer ao sistema judicial. **Qualquer Estado deve considerar prioritário o aumento da eficácia e credibilidade da Justiça, dignificando os respetivos profissionais e os processos judiciais e dotando os tribunais dos recursos adequados à resolução rápida e eficiente dos processos em discussão.**
- ✓ Em virtude da escassez de recursos é necessário refletir em que medida todos os litígios devem ser discutidos, pelo menos num primeiro momento, pela via judicial. **Assim, cabe equacionar quais as matérias que, pela sua**

importância ou configuração, possam ser resolvidas através de meios extrajudiciais.

- ✓ Diversos passos de um processo judicial – pela sua simplicidade, natureza ou automatismo – não carecem de ser praticados por um juiz ou, até, por um funcionário. **Como tal, cabe automatizar todos os procedimentos que exigem hoje a alocação de recursos necessários para a realização de outras funções.**
- ✓ Uma gestão eficiente de recursos judiciais determina uma clarificação do papel dos vários intervenientes num Tribunal e uma permanente avaliação de *performance* sobre todos os respetivos *stakeholders*. **É fundamental assegurar que os Tribunais explorem plenamente os recursos de que dispõem, aplicando processos otimizados de gestão e que qualquer falha de atuação seja prontamente identificada e corrigida.**
- ✓ O Estado Português atesta hoje a existência de múltiplas forças policiais, judiciárias e militares cuja articulação é pouco clara e cuja diferenciação de funções tão pouco é perceptível. **É necessário compreender a articulação do atual sistema de polícias e eliminar eventuais redundâncias.**

Segurança Social e Natalidade

- ✓ Não é incomum ouvir os jovens portugueses dizer que já não terão qualquer acesso a uma pensão, mesmo que estejam hoje a fazer avultados descontos para a Segurança Social. Por outro, a falta de capacidade de poupança desses mesmos contribuintes (em virtude do elevado custo de vida e dos baixos salários hoje praticados que tanto diminuem o rendimento disponível do agregado familiar) parece indiciar que, chegados à idade da reforma, estes não terão poupanças significativas que possam assegurar uma reforma confortável. **Isto torna necessário repensar**

urgentemente a sustentabilidade do modelo de Segurança Social e a articulação com outros sistemas de previdência ou soluções de capitalização individualizada que permitam assegurar alguma poupança para final de vida.

- ✓ Uma maior taxa de natalidade representa um incremento no número de contribuintes para a sustentabilidade da Segurança Social. A isto acresce que o aumento de natalidade representa, para o agregado familiar que a originou, um concomitante aumento de custos que incidem sobre um rendimento disponível tendencialmente tímido. Assim, e uma vez que o aumento da natalidade não pode deixar de ser visto como um potencial contributo adicional à sustentabilidade da Segurança Social, **cremos ser de equacionar medidas que permitam refletir este contributo, nomeadamente a redução nas taxas de contribuição para a Segurança Social dos trabalhadores que tiverem três filhos ou mais.**
- ✓ Uma situação de desemprego deve ser devidamente apoiada pela Segurança Social mas tal não deve ser sinónimo ou justificação de inação da parte do desempregado, existindo muitos projetos que beneficiariam do seu contributo. **Aproveitando a disponibilidade (que se espera que seja) temporária do desempregado, deve fomentar-se que o mesmo dedique algum tempo a projetos de voluntariado enquanto não regressa ao mercado de trabalho e beneficia do subsídio de desemprego.**
- ✓ Apoiar a Natalidade é fundamental para assegurar o desenvolvimento de uma Sociedade forte e de uma Nação como a nossa. Para tal **urge equacionar medidas que permitam especificamente direcionadas a ajudar as famílias com mais filhos** (logo, com mais custos), **tais como aplicação de tarifas sociais em serviços públicos essenciais, reduzir o IUC sobre veículos que sirvam agregados familiares com três ou mais dependentes ou estimar a contratação de mães grávidas ou pais/mães com filhos até aos três anos.**

Serviços do Estado

- ✓ Cada vez que muda o Governo mudam também as políticas de quem o encabeça. Não por motivos ideológicos mas para fazer “tábua rasa” da política anterior. A alteração sistemática do rumo das Políticas Públicas representa um risco de incoerência em si mesmo e faz perigar a eficácia de qualquer política pública que se possa vir a tomar, independentemente do respetivo mérito. **Para mitigar este risco, cremos ser de equacionar a criação de um grupo permanente de funcionários públicos governamentais cuja função é apoiar diretamente o Governo e assegurar uma governamental coerente e um *know-how* permanente.**
- ✓ Sem prejuízo das reformas recentemente conduzidas nestas áreas, existe ainda muita margem para analisar a função de cada serviço do Estado, de um ponto de vista integrado, e equacionar a sua manutenção de modo a **assegurar uma maior racionalização dos serviços internos do Estado.**
- ✓ Também para estimular a coerência das reformas estruturais independentemente do Governo que materialmente as executa ou das especificidades das mesmas, **é crucial trabalhar no estabelecimento de um ‘pacto geracional’ e duradouro, de várias legislaturas, entre os partidos políticos mais representativos, para a definição de um Programa Nacional de Reformas.**
- ✓ Não é saudável a forma que Introdução de um limite temporal à ausência das pessoas em comissão de serviço.

5. Participação, Democracia e Sistema Político



A visão que preconizamos de um Estado moderno, eficiente e acima de tudo transparente nas suas decisões, nos seus processos e nas suas contas tem de começar no próprio Sistema Político. Há atualmente não só um progressivo abatimento da participação eleitoral dos cidadãos, reflexo de uma falta de confiança nas estruturas do sistema, mas um descrédito na própria organização

da Sociedade, da qual os Partidos são primeiros responsáveis, e cabe-nos por isso refletir e apontar caminhos para um renascer da confiança dos portugueses nas suas Instituições e na sua Democracia. Rejeitamos as soluções simplistas materializadas apenas em propostas de revisão do Sistema Eleitoral, incapazes de inverter, por si só, a participação e o sentimento dos nossos concidadãos. É preciso mais.

A JSD, enquanto estrutura democrática, reformista, social-democrata e humanista, tem a obrigação de ser capaz de mudar significativamente as (más) práticas existentes e conduzir Portugal para uma nova e reforçada Democracia, mais próxima dos seus eleitores, mais livre e seguramente mais eficiente.

A Cidadania a que ambicionamos para todos pressupõe não apenas a aproximação dos cidadãos aos seus governantes e representantes, mas o aprofundamento de múltiplas formas de participação dos cidadãos nos processos comuns, tanto no que diz respeito aos poderes legislativo, administrativo e judicial, como no que concerne ao nível nacional, regional ou local do exercício do poder. O caminho para uma cidadania ativa não é novo na sua aspiração, mas temos de reconhecer que a distância entre a governação e os eleitores continua significativa e há ainda trabalho a fazer na concretização deste objetivo.

O mundo em que vivemos é extremamente complexo. A informação existente e disponível todos os dias, e que temos de filtrar é monstruosa e a generalização e democratização do uso das novas tecnologias é uma realidade completamente instaurada no nosso modelo de Sociedade.

A facilidade de expressão e de criação de movimentos nos meios digitais, com particular relevo nas redes sociais, tem forçado a opinião pública e os agentes políticos a reagirem (ao invés de agirem preventiva e proativamente). No entanto, esta dinâmica não se traduz num aumento eficiente de participação cívica e política eficiente, através dos seus canais próprios. Pelo contrário, esta continua em declínio por contraste com os movimentos-causa, mais ou menos esporádicos

e que alcançam, quando muito e quase sempre, resultados no plano do imediatismo através do mediatismo.

O voto eletrónico, os fóruns públicos regulados por entidades próprias ou a criação de sistemas digitais para auscultar a vontade dos portugueses numa dada matéria, podem trazer ganhos de participação muito elevados, contribuindo para uma maior ligação entre representantes e representados, bem como conferir aos participantes uma verdadeira sensação de que a sua opinião vale e que traz resultados. Ao mesmo tempo, esta modernização pode (e deve) trazer consigo uma diminuição dos custos associados à participação cívica, por se basearem nas novas tecnologias, capazes de assegurar uma abrangência de grande escala, independentemente da hora ou do local em que cada um se encontra.

- ✓ Os partidos são a peça principal do Sistema Político, mas hoje são insuficientes para atingir a totalidade das necessidades e aspirações dos Portugueses, e novas formas de participação devem ser desenhadas pelo que **urge alargar as hipóteses de participação cívica fora do quadro partidário, mantendo os partidos como peça principal e central do Sistema Político.**
- ✓ Explorar as potencialidades das novas tecnologias, de forma a colocar os Partidos, os Eleitores e o Sistema Político ao nível das exigências do presente momento, **abrindo espaço aos benefícios de usabilidade, transparência e disponibilidade de informação associados às novas tecnologias;**
- ✓ No sentido de aproximar Eleitos e Eleitores, garantindo maior possibilidade de escolha, **defendemos as vantagens e a opção pelo voto preferencial em eleições legislativas.**

- ✓ Na política partidária a capacidade financeira não pode ser critério para a capacidade eleitoral. **Defendemos um modelo de financiamento aos partidos assente em subvenções estatais adequadas, e em que o pagamento de quotas deixa de ser condição de acesso à decisão e/ou modelos de financiamento público-privados com claras indicações de interesses.**
- ✓ Defendemos a reforma da atual legislação eleitoral autárquica, garantindo maior fiscalização política, nomeadamente **estabelecendo uma lista única candidata à Câmara Municipal e Assembleia Municipal e reforçando os poderes da Assembleia Municipal.**
- ✓ A mobilidade profissional e pessoal é hoje radicalmente diferente da que era há 40 anos, como são também radicalmente diferentes as tecnologias disponíveis e muitos Cidadãos não votam em virtude de não estarem, no momento do ato, perto da sua mesa de voto contribuindo para uma elevada abstenção. **Implementar um sistema de voto eletrónico presencial, mais rápido e abrangente que permita ao cidadão exercer o seu voto fora da sua zona de residência (e fora do País) de forma segura.**
- ✓ A proximidade e a confiança no regime democrático e de governação faz-se também de maior informação sobre quem são os decisores políticos e de maior identificação com estes. Nesse sentido é necessário **desenhar novas formas de designação das estruturas supramunicipais (como CCDR e CIM), de forma mais democrática e participada pela população.**
- ✓ Pretendemos que os Portugueses sejam Cidadãos não só informados, mas também comprometidos com o meio e a Sociedade que os envolve pelo que **propomos a existência de Serviço Cívico no percurso escolar**, em área à escolha do Jovem mas relativa a serviço social, voluntariado, reabilitação urbana, proteção ambiental, voluntariado, empreendedorismo social, entre outras áreas similares a propor.

- ✓ Ter direito a um Futuro em Liberdade é também ter direito a não viver sobrecarregado em dívidas ou compromissos. Uma Geração Livre é uma geração que decide o que fazer com o que produz e com a riqueza que gera, não estando condenada a trabalhar para pagar dívidas contraídas por gerações passadas. **Defendemos por isso a introdução de mecanismos de salvaguarda do não endividamento excessivo das novas gerações.**

- ✓ As novas dinâmicas de participação jovem são de acarinhar e potenciar. É necessário **reavaliar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Juventude e estudar melhorias à lei, nomeadamente no que toca ao quórum, contribuindo ainda para criar novas dinâmicas de diálogo e participação jovem.**

6. Coesão Territorial



Ao longo da sua História Democrática, Portugal não foi capaz de equilibrar o seu Território.

A coesão entre regiões falhou e o país ainda não é capaz de ombrear nem entre si, apresentando as diferentes regiões portuguesas indicadores extraordinariamente diferentes em áreas como o Emprego, a Educação e Qualidade de Vida. Apesar dos investimentos em acessibilidades e infraestruturas por todo o seu

Território, de norte a sul, do litoral ao interior, continua a existir no mesmo País um Portugal com esperança (na sua faixa mais encostada ao mar) e um Portugal em declínio e com o futuro em risco (na sua faixa mais interior).

O tema da coesão territorial não é novo, podendo parecer até esgotado, de tanto que se tem falado nele. Mas essa aparência não nos deve desviar da, cada vez mais, urgente necessidade de persistir na busca de novos modelos de organização territorial que permitam a desejável aproximação de índices de desenvolvimento entre estes “dois países”.

Como disse Francisco Sá Carneiro, *‘para restituir a dignidade indispensável a todos, é urgente reequilibrar o espaço português, promovendo o desenvolvimento regional como pressuposto e condição que é do próprio desenvolvimento nacional’*.

O chamado ‘Interior’ do País assiste a um cada vez mais acentuado e preocupante despovoamento, com as suas atividades produtivas em queda abrupta, com perda notória de população e de massa crítica, com rarefação de serviços públicos e com um cenário de abandono inquietante. O nosso território é, por isso, assimétrico e a nossa população não tem acesso às oportunidades de forma igual ou sequer equilibrada.

Mas se esta falta de oportunidades afeta em particular as populações destes territórios, sente-se com redobrada intensidade na faixa etária dos mais Jovens. É verdade, e devemos assumi-lo, que é extraordinariamente mais difícil para um Jovem ter perspetivas de vida num destes territórios do que nas regiões mais desenvolvidas do País.

Sendo o combate às desigualdades e a promoção da Mobilidade Social o mote para este novo ciclo político da JSD, é premente colocar também naquelas que são as prioridades políticas para o novo ciclo da JSD o debate sobre a coesão territorial, pois encaramo-lo tanto como um problema nacional, como sendo uma questão da Juventude. É assim objetivo da JSD apresentar propostas claras que

personifiquem soluções exequíveis para uma maior coesão das regiões portuguesas.

Não obstante da relevância política deste compromisso, queremos encetar esforços neste sentido desde da primeira hora. Desta forma, apresentamos naquela que será a estratégia global da JSD para o próximo biénio algumas propostas concretas em matéria de coesão territorial. Sabemos a complexidade deste tema, que não se resolve pela intervenção isolada em apenas uma outra área, mas acreditamos que uma estratégia que sirva o objetivo de um país mais equilibrado deve, antes de mais, passar por dois grandes pilares estratégicos:

- ✓ Reformar e reforçar o modelo de organização política e administrativa das regiões, sobretudo ao nível das CIM e das CCDR, garantindo mais autonomia às regiões;
- ✓ Dotar as regiões mais desfavorecidas de objetos legislativos e incentivos que as tornem mais atrativas naquele que é para nós o pilar central da resolução destes desequilíbrios – o relançamento da economia e a criação de emprego.

É com estes dois vetores em mente que entendemos crucial a adoção das seguintes propostas:

- ✓ Definir a nível governativo central e parlamentar, metas concretas para os próximos 20 anos para cada uma das regiões, em matéria de Emprego, Demografia, Natalidade, Economia, Acessibilidade, Saúde e Educação, **criando assim um Plano de Coesão Territorial que mais do que identificar e mensurar os problemas, apresente soluções claras e preveja para o diagnóstico efetuado e indique os mecanismos legislativos, fiscais e orçamentais essenciais para que estas soluções sejam conseguidas**, a serem preparados, coordenados, articulados e implementados pelas CCDRs respetivas.
- ✓ Reformar o modelo de funcionamento das CCDR e CIM, tornando-as agentes de maior proximidade, transparência e legitimidade democrática, capazes de

personificar as ambições de cada região e sub-região, e reduzindo a distância entre o estado central e local, e **confiando às CIM as competências em matéria de planeamento sub-regional do plano e de gestão de equipamentos e infraestruturas da sua área de intervenção.**

- ✓ Nas regiões de baixa densidade, em particular nas mais afastadas dos centros urbanos são necessários investimentos reprodutivos e criadores de emprego, pelo que defendemos **consagrar pacotes fiscais em sede de IMI, Segurança Social e IRC suficientemente atrativos para as regiões mais desfavorecidas, que sejam, sobretudo ao nível do IRC, corajosos e duradouros no tempo.**
- ✓ Porque é urgente promover a competitividade das empresas situadas nestes territórios é necessário **repensar os modelos de pagamento das ex-SCUT, procurando reduzir os custos de contexto das empresas situadas em territórios de baixa densidade**, uniformizando preços/km, ou criando modelos para empresas e particulares com pagamento independente dos quilómetros percorridos.
- ✓ Portugal assumiu com os seus parceiros europeus a vontade de evoluir para um modelo de produção de energia de fontes renováveis que pese um mínimo de 80% da produção total por 2030. Assim, torna-se relevante **estudar a continuidade do Plano Nacional de Barragens**, congelado pelo governo socialista, necessário para o cumprimento destas metas energéticas de energias renováveis até 2030.
- ✓ O Turismo de Saúde é um mercado crescente e de elevado potencial. Assim devemos incrementar o papel deste setor na estratégia de desenvolvimento para a Coesão nos territórios de baixa densidade, **promovendo o turismo de saúde como fator de competitividade** e de diferenciação desses territórios.
- ✓ Portugal tem produtos agrícolas e artesanais de extraordinária qualidade. A criação de riqueza em territórios de baixa densidade passa também por

incentivar a criação de unidades de comercialização de produtos agrícolas e semitransformados da agricultura e de produtos artesanais, bem como de promotores turísticos regionais capazes de potenciarem o setor do turismo, modernizando e especializando as indústrias tradicionais. Devemos assim definir como uma das prioridades da AICEP a promoção e valorização dos produtos endógenos dos territórios de baixa densidade e a sua internacionalização.

7. Fortalecer, Modernizar e Formar



A JSD enfrenta hoje vários desafios. Talvez o maior de todos seja continuar a crescer, a melhorar e a chegar a cada vez mais jovens num tempo em que a política é vista com tanta desconfiança e até descrédito. Cabe à JSD trazer novas luzes, primar pelo exemplo, ser um agente de credibilização e de confiança. Cabe à Comissão Política Nacional desenhar novas formas de contacto com os jovens, de transmissão da ideologia social-democrata e de ser capaz de trazer mais

jovens para a intervenção cívica e política. Cabe-nos também a nós liderar pelo exemplo e pela abertura à sociedade.

- ✓ Estamos na era digital e os jovens hoje querem modelos de participação. Defendemos uma JSD presente e ativa nos meios digitais e para o efeito criaremos um grupo de trabalho com vista à produção de propostas para a modernização da JSD.
- ✓ A identificação dos jovens com a estrutura é importante. Queremos que todos os militantes da JSD se possam orgulhar e identificar com a JSD. Para esse efeito, uma das alterações que queremos introduzir é a criação do cartão de militante para os menores de idade.
- ✓ A aposta na formação política é já uma marca da JSD. Não nos basta ter muitos militantes, queremos que eles sejam militantes informados, formados e convictos do que defendem. Nesse sentido este mandato será marcado por uma aposta ainda mais forte na formação política, com especial destaque para a componente autárquica.
- ✓ A JSD reconhece o importante papel do associativismo do ensino básico e secundário enquanto escola de participação e de intervenção na comunidade. Temos como objetivo atualizar o manual do dirigente do ensino básico e secundário, que sirva de guião para muitas questões relacionadas com esta atividade que os dirigentes em início de atividade colocam.
- ✓ Este é um mandato que será naturalmente marcado pelas eleições autárquicas. Para além de todo o apoio aos candidatos jovens, faremos também uma atualização do manual do jovem autarca.

8. Notas Finais



Mesmo que esse não tenha sido o seu propósito, é evidente que todas as medidas tomadas no passado têm e tiveram reflexos na vida dos jovens Portugueses em vários aspectos e, em particular, no que diz respeito à Mobilidade Social.

Em muitos casos, os nossos pais viveram numa época de crescimento, numa conjuntura económica frequentemente mais favorável, com melhores perspetivas de emprego, bastante mais segurança e seguramente muito mais estabilidade.

As sucessivas crises e o degradar da situação económica em Portugal vieram defraudar as expetativas de uma geração inteira. Sem que tivessem tido qualquer palavra a dizer sobre o assunto, os jovens Portugueses são hoje – e serão também

amanhã – chamados a suportar as consequências das decisões tomadas na área das Obras Públicas, da Energia, da Segurança Social, entre tantas outras.

Mas não existe nenhuma razão válida para cada um de nós, enquanto jovens capazes, não sermos capazes de seguir o caminho que nos propomos e não ter acesso às oportunidades que a Vida nos vai apresentando.

A JSD entende ser seu papel, enquanto organização social-democrata representativa de parte da juventude portuguesa, refletir sobre o impacto que as medidas tomadas nos últimos anos tiveram na vida dos jovens portugueses e em que medida é que esse impacto – quando negativo – pode ser revertido ou mitigado e, de um modo geral, fomentar a efectiva Mobilidade Social de todas e todos aqueles que se esforçam para tirar o máximo proveito das oportunidades que lhes são apresentadas e, por conseguinte, por merecer melhores condições do que aquelas em que hoje vivem.

Margaret Thatcher

“I do not know anyone who has got to the top without hard work. That is the recipe. It will not always get you to the top, but should get you pretty near”



**MOÇÃO DE
ESTRATÉGIA GLOBAL
SIMÃO RIBEIRO**